

COOPERATIVISMO E SERVIÇO SOCIAL: A ORGANIZAÇÃO DOS/AS TRABALHADORES/AS DE COLETA SELETIVA NA COOPERATIVA FILHOS DO SOL EM BELÉM DO PARÁ

Michele Lima de SOUZA¹²

Bárbara Pereira BRITO¹³

Cintia de Cássia Pantoja Rodrigues dos SANTOS¹⁴

Diana Andrade de LACERDA¹⁵

Plínio André Andrade da SILVA¹⁶

(Centro Universitário Fibra)

RESUMO

O referido artigo resulta do primeiro projeto de investigação científica, do Centro Universitário Fibra, realizado de março de 2017 a fevereiro de 2018. A motivação foi retomar uma experiência de 2004 na Cooperativa de Trabalhadores Profissionais do Aurá (COOTPA). O objetivo de apresentar a organização dos/as trabalhadores/as de coleta seletiva na Cooperativa Filhos do Sol, em Belém do Pará, foi

¹² Assistente social pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestra em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA); Docente do Centro Universitário FIBRA (2016 – 2019); micheleassist@gmail.com

¹³ Ex-orientanda de iniciação científica do Centro Universitário Fibra; barbarazpereira@gmail.com

¹⁴ Ex-orientanda de iniciação científica do Centro Universitário Fibra; cassialindinha2215@gmail.com

¹⁵ Ex-orientanda de iniciação científica do Centro Universitário Fibra; dianalaralinda@gmail.com

¹⁶ Ex-orientando de iniciação científica do Centro Universitário Fibra; plinioandre12@gmail.com

garantido por meio de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, subsidiado na pesquisa bibliográfica, com visitas técnicas, entrevistas e aplicação de questionário socioeconômico, observação e roda de diálogos. Seu resultado mostrou que o trabalho em cooperativas populares na tendência da coleta seletiva é necessário, urgente e deve acontecer com mais responsabilidade por parte do poder público, principalmente, para dar conta da dinâmica do cuidado com o meio ambiente e garantir trabalho e geração de renda. Políticas públicas de diversas naturezas, de trabalho, saúde e educação precisam ser aplicadas nesse cenário ímpar de busca pela cidadania.

Palavras-chave: Cooperativismo; Serviço Social; Organização do trabalho.

ABSTRACT

This article results from the first scientific initiation project of Centro Universitário Fibrá, applied from March 2017 to February 2018. The motivation was to resume an experience from 2004 at Cooperativa de Trabalhadores Profissional do Aurá (COOTPA). The objective of presenting the organization of selective collection workers at Cooperativa Filhos do Sol, in Belém do Pará, was guaranteed through an exploratory study, qualitative approach, subsidized in bibliographic research, technical visits, interviews and questionnaire application. socioeconomic status, observation and dialogue. Its result showed that the work in popular cooperatives in the tendency of selective collection is necessary, urgent and must happen with more responsibility on the part of the

public power, mainly, to take care of the dynamics of the care with the environment, and guarantee work and income generation. Public policies of different natures, work, health and education need to be applied in this unique scenario of the search for citizenship.

Key words: Cooperativism; Social service; work organization.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é produto do primeiro projeto de investigação científica que realizei no Centro Universitário Fibrá, de março de 2017 a fevereiro de 2018. O interesse pela problemática decorre de uma experiência tida no ano 2004, como graduanda do Curso de Serviço Social da UFPA, junto à primeira cooperativa¹⁷ de catadores/as de

¹⁷ O texto “As cooperativas de coleta seletiva como instrumentos de promoção da cidadania para os cooperados” apresenta de forma sucinta e muito produtiva sobre a constituição das cooperativas no mundo — experiência da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, fundada em 21 de dezembro de 1844, na cidade inglesa de Rochdale, Manchester em 1914, e, no Brasil, com a fundação, por imigrantes europeus, da primeira cooperativa de agricultores, na cidade paranaense de Teresa Cristina, em 1847. Trata ainda de desenvolver sobre cooperativas de coleta seletiva se empenhando em diferenciar os conceitos de lixo e resíduos sólidos, que *a priori* parecem ter o mesmo conceito, mas, de outra forma, podem-se diferenciar da forma com que sejam aplicados. Assim, o lixo é tudo que não possa ser reaproveitado e consiste em todo tipo de resíduo produzido diariamente por pessoas e organizações, incluindo tanto materiais orgânicos quanto potencialmente recicláveis. “Por

lixo de Belém do Pará e região metropolitana, a Cooperativa de Trabalhadores Profissionais do Aurá (COOTPA). Oportunidades como essa possibilitam ampliação do conhecimento e promoção de áreas de atuação que requerem o atendimento do profissional de Serviço Social.

Essa experiência abriu espaço para trabalho voluntário durante três meses, no Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ITCPES), no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Isso oportunizou conhecer a investigação científica, ingressar em projeto de

seu turno, os resíduos sólidos recicláveis são justamente aqueles materiais passíveis de reaproveitamento, devidamente separados e disponibilizados para a coleta seletiva, e que se inserem como produto ou matéria-prima da cadeia de reciclagem” (NEVES; SOUZA; SOUZA, 2014, p. 6). Esse texto garante uma reflexão de que as cooperativas de coleta seletiva são instrumento de cidadania enquanto significado de participação ativa nos assuntos da coletividade. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) faz menção ao termo e à condição de cidadão brasileiro em diversas outras passagens, que reforçam o valor desse conceito para a consignação dos fins do país (NEVES; SOUZA; SOUZA, 2014). Desse modo, no cenário político, econômico e social da atualidade, em que predominam os interesses e ideal do modo de produção capitalista, o cooperativismo se coloca como alternativa de trabalho, contrapondo a noção de propriedade privada e de domínio dos meios de produção, que deve primar por valores tais como: solidariedade, equidade, autogestão e empreendedorismo, e que seus membros devem reconhecer o real valor do trabalho que desempenham.

extensão, e obter experiência na graduação e pós-graduação, alcançando, inclusive, o mestrado¹⁸.

Naquela ocasião o Serviço Social integrava a equipe do PITCPES, composta também por profissionais dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Economia, entre outros, que agregavam a equipe na medida em que se desenvolviam projetos de diferentes realidades de trabalho (Nutrição, Engenharia de Alimentos, Arquitetura etc.), conforme a realidade de cada grupo popular, desde a COOTPA, associações ou cooperativas da agricultura familiar, na área de confecção ou manipulação de alimentos, entre outros.

Em Belém a COOTPA¹⁹ foi a primeira cooperativa da cidade, criada em 2001, contando com 39 membros

¹⁸ Mote do artigo a partir da experiência de uma das autoras, assistente social, professora e mestra Michele Lima de Souza.

¹⁹ Ricardo Antunes (1999) para entender a noção ampliada de classe trabalhadora utiliza a expressão “classe-que-vive-do-trabalho” com objetivo de atribuir validade contemporânea ao conceito que Marx outrora já relacionava à classe trabalhadora. É uma forma analítica sobre o trabalho que se relaciona a noção de classe para entender o sentido atual da classe trabalhadora, haja vista que há uma afirmação de que a noção do homem pela sua condição de trabalhador explorado, expropriado de direitos sociais, tenha se perdido com o passar no tempo e se intensificado na história contemporânea. Sendo assim, o autor, por meio da expressão “classe-que-vive-do-trabalho”, almeja dar sentido amplo ao ser social – homem que trabalha – que é intrínseco a uma classe trabalhadora hoje, compreender sua efetividade, sua processualidade e concretude para assim poder se afirmar socialmente. Mediante as contribuições deste autor, Gomes (2008) nos leva a

cooperados. Sua gênese deve-se à iniciativa do governo municipal em 1997. De acordo com seu estatuto, servia para limpeza e serviços de prédios públicos bem como operacionalização do centro de triagem, reciclagem e compostagem de resíduos e outras atividades profissionais, envolvendo programas e ações a citar: Ver-o-Rio, Sementes do amanhã e coleta seletiva em shopping center e Relatório técnico do PITCPES, 2004.

A partir da experiência na COOTPA, este artigo se revela na oportunidade de aprofundar o conhecimento na área do trabalho, considerado o mais importante para o desenvolvimento humano e capaz de garantir a vivência e sobrevivência de pessoas “socialmente invisíveis”. Sendo assim, apresenta-se que área do trabalho pode ser desenvolvida em instâncias pública ou privada, pelo Serviço Social, que se acentua na dimensão de apreender

refletir sobre a organização do trabalho na contemporaneidade, uma consequência das condições contraditórias da globalização da economia, que fez surgir novos sujeitos revolucionários, fruto da fragmentação social acarretada pela reestruturação produtiva. Um fenômeno que atravessa as sociedades atuais e atinge de diversas maneiras, a depender do espaço que cada qual apresenta no cenário da economia mundial, um processo que não desconsidera os catadores de materiais reciclados aqui referenciados. É uma conjuntura que a autora considera ter sido agravada pelo fato de não se ter instalado um sistema de proteção social capaz de integrar minimamente a população por meio da garantia de direitos, apesar de algumas conquistas e da organização da sociedade civil, e instituições que a representam.

e promover o trabalho desenvolvido por camadas populares que estão à margem socialmente, sem condições de prover sua sustentabilidade e de seus dependentes, tornando importante refletir sobre a organização dos/das trabalhadores/as de coleta seletiva, em um bairro periférico da capital Belém do Pará, tendo lócus, específico a Cooperativa Filhos do Sol²⁰.

Os aspectos teóricos mais importantes que fundamentaram esta produção consideraram a categoria trabalho um norte para as discussões e o processo de formação do Serviço Social, pois é uma categoria por meio da qual o homem garante sua vida, afirmado por Antunes (1999) uma forma de produção e reprodução humana.

Assim, o principal objetivo foi apresentar a organização dos/das trabalhadores/as de coleta seletiva na Cooperativa Filhos do Sol, enquanto necessidade imprescindível de geração de trabalho e renda. Para tanto foi necessário: perceber como essa organização específica

²⁰ A cooperativa Filhos do Sol está localizada em um prédio da prefeitura municipal de Belém, cito Tv. Pe. Eutíquio nº 2647, bairro Condor. É um local insalubre, que não preza pela qualidade das pessoas, que, apesar de trabalharem diretamente na coleta, separação, e comercialização de materiais recicláveis, têm direito a um local de trabalho limpo, na medida do possível, contando com apoio do poder público no acesso às políticas sociais.

de trabalho tem garantido melhoria das condições de vida aos/as cooperados/as; contextualizar sobre a organização social e econômica dos/das trabalhadores/as; destacar os limites e possibilidades que atravessam na organização do trabalho na coleta seletiva.

Para garantir os objetivos propostos, realizou-se um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, subsidiado a partir da pesquisa bibliográfica, utilizando sites, Ata de fundação da cooperativa, relatórios técnicos, literaturas. Além disso, foram realizadas visitas técnicas, entrevistas e aplicação de questionário socioeconômico com os/as cooperados/das mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), observação e roda de diálogos, de acordo com a metodologia de pesquisa de Gil (2008).

2 A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL: ASPECTOS LEGAIS

A organização dos/das catadores/as de coleta seletiva no município de Belém não é uma experiência recente, mas passou a despertar interesse por sua ênfase a partir do fechamento dos “lixões” em todo o Brasil; uma necessidade observada no cuidado urgente com o meio

ambiente devido ao uso inadequado e processual do lixo pela população em nível mundial. Dessa forma, por meio da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), normalizada pela Lei nº 12.305/2010 e regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010, que se instituiu diversas incumbências aos gestores públicos, dentre elas, a inserção dos/das catadores/as (aqui se preferiu denominar trabalhadores/as) de resíduos sólidos nesse processo, organizando-os/as em grupos, associações ou cooperativas capacitados a realizar a coleta seletiva de resíduos sólidos.

Enfatiza-se que desde o ano de 2002 os/as catadores/as são reconhecidos no código brasileiro de ocupações como profissional Catador de Material Reciclável. Em 2014 por ocasião da implementação da PNRS, o Lixão do Aurá, em Belém do Pará, era considerado o segundo do Brasil em número de catadores/as.

Em 2010, a Lei Federal 12.305 determinou o fechamento, até agosto de 2014, dos lixões no Brasil. Além disso, era necessário reconhecer os/as catadores/as como trabalhadores/as, por meio de políticas de inclusão social de geração de emprego e renda. No Brasil, os lixões

passaram a ser substituídos por aterros sanitários, e os resíduos recicláveis deixaram de ser enviados para esses locais, mesmo que no ano corrente (2018)²¹ a população ainda não tivesse conscientização da separação adequada de todo o lixo produzido nos grupos familiares²². Logo, o

²¹ É importante ressaltar que, desde 1984, iniciou o planejamento do projeto de biorremediação do local que funcionaria como depósito dos resíduos sólidos produzidos em Belém, que, na década de 1990, foi executado de forma precipitada, pois o Aurá começou a receber os rejeitos mesmo sem estar completamente preparado para processá-los e evitar os problemas que foram surgindo. O lixão está dentro do limite geográfico da Área de Proteção Ambiental de Belém, que, embora criada após, em 1993, demonstra de forma inequívoca o conflito de atividades, Santos e Souza (2012). O comprometimento do Lixão do Aurá foi justificado por técnicos especialistas com as seguintes características: nível d'água próximo à superfície ou na superfície, presença de solo mole, cabeceira de drenagem, contígua a cemitério, dentro de área de proteção ambiental e presença de área de várzea. Essas características são somadas à área para a deposição de resíduos sólidos domésticos sendo esta considerada inadequada por não ter sido impermeabilizada para impedir que o chorume (resultado da decomposição da matéria orgânica) escoe em direção à bacia hidrográfica do rio Aurá, que desemboca no rio Guamá a aproximadamente 150 metros da estação de captação de água responsável pela regularização dos lagos Bolonha e Água Preta, fonte principal de água para abastecimento de Belém e Ananindeua.

²² O fechamento do lixão do Aurá (desde agosto de 2014) ainda causa constrangimento e problemas sociais e ambientais para um Estado que está atrasado em relação às regras da PNRS. Mesmo por intervenção do Ministério Público do Estado, o ano de 2017 foi um período de manifestações contestatórias pela instalação do aterro sanitário no município de Marituba, no qual é despejado o lixo produzido em Belém e região metropolitana. O fechamento do Lixão do Aurá está relacionado a duas problemáticas: o ambiental e o social, aspectos que precisam ser resolvidos, tanto quanto ao destino dos resíduos sólidos, como à qualidade de vida e à melhoria da mão de obra das pessoas que trabalham nos lixões (ainda desenvolvendo

fechamento do Lixão do Aurá foi justificado por especialistas mediante os riscos para o meio ambiente e comprometimento do uso saudável da água dos rios da qual a população se utiliza.

Sendo assim, em 2012, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA, PA) condenou a intenção da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) para a elevação das montanhas de lixo correspondentes a 20 metros (limite final) para 30 metros (equivale a um prédio de 10 andares), pois a pressão adicional de lixo aceleraria o grave problema de infiltração no solo de chorume e lama. Além disso, a problemática do fechamento do lixão girava em torno de um local para depositar quase duas mil toneladas de resíduos sólidos produzidos diariamente na Grande Belém, e município algum da PMB tem local sanitariamente e ambientalmente seguro para isso. Em novembro de 2012²³, os/as catadores/as foram

atividade, segundo informações de trabalhadores da cooperativa Filhos do Sol).

²³ É importante citar que, em 2010, o Governo Federal instituiu o Programa Pró-Catador. Este visava ao fim do trabalho degradante e insalubre em lixões pelo Brasil, o qual, no Pará, foi efetivado em 2012, atendendo todos os municípios paraenses, articulando com 3.240 catadores e suas famílias, promovendo a melhoria de condições de vida e de trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Entretanto, ao que parece, não surtiu muito efeito pela observada desorganização dos trabalhadores catadores.

impedidos/das, pela empresa²⁴ que administra o espaço, de trabalhar. O fato gerou um protesto na entrada do Lixão do Aurá. Mais de cem catadores bloquearam a passagem de veículos por cerca de uma hora, considerado um quantitativo pequeno, em relação ao grupo que ocupava o Lixão. Mas, ainda assim, esta e outras manifestações ocorreram porque as pessoas não admitiam sair do local e declaravam ser a única atividade que sabiam desenvolver.

A arrecadação inadequada de lixo é uma problemática social. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA²⁵), Censo 2010, existiam no Brasil em torno de 400 a 600 mil catadores, dos quais apenas 10% estavam relacionados a uma

²⁴ O processo licitatório 17/2012 CPL/PMB/SESAN resultou na contratação da empresa S.A Paulista Comércio e Construções LTDA e sua subsidiária Central de Tratamento de Resíduos Guajará (CTR Guajará), para recuperação ambiental, encerramento do Aterro do Aurá, além de implantação e operação do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos do Município de Belém, prevista para 25 anos, a um custo total de R\$ 823.106.319. O edital visava a transformar o lixão em aterro controlado, no qual ficava proibida a entrada de catadores. No entanto, uma liminar judicial suspendeu a licitação. Mas a CTR Guajará continuou atuando no Aurá em descumprimento à ordem judicial, além de atuar numa área ainda não licenciada ambientalmente.

²⁵ IPEA. “Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável”. Brasília, 2013. Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/1312_19_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavél_brasil.pdf. Acesso em 10/02/2018.

organização, e ainda Cadastro Único. No Pará atuavam 9.961 catadores, sendo 7.507 homens e 2.454 mulheres. Isso significava que 3% da população do Pará viviam nos lixões em péssimas condições de trabalho. Esses dados parecem enfaticamente pequeno e são justificados por Dagnino e Johansen (2017) em “Os catadores no Brasil: características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores”, a partir do censo demográfico de 2010, da obra maior, “Economia solidária e Políticas Públicas”²⁶.

²⁶ “Nesse trabalho, embora a escolha dos indicadores e o método de cálculo de cada um deles tenham se mostrado satisfatórios, a análise foi prejudicada devido a um erro de codificação nos microdados da amostra, que causou uma subestimação do volume de catadores. Utilizando os microdados da amostra do Censo de 2010, do IBGE, foram identificados 171.553 catadores. Todos eles estavam classificados na ocupação de código 9612 (Classificadores de resíduos). Assim, nenhum foi categorizado nas demais ocupações relativas a esse trabalho, como “Coletores de lixo e material reciclável” (9611) e “Varredores e afins” (9613). O fato é que não constam na base de dados os códigos de ocupação 9611 e 9613. Os trabalhadores nessas ocupações foram codificados como 9610, o que não existe nas classificações utilizadas pelo IBGE. Uma hipótese é que esse erro de codificação tenha ocorrido provavelmente no momento de leitura do arquivo TXT contendo os registros do Censo, durante a etapa de exportação para formatos compatíveis com os pacotes estatísticos SAS e SPSS. A identificação do equívoco foi possível graças ao auxílio do pesquisador Sandro Pereira Silva, do IPEA, em decorrência de sua publicação recente sobre o tema (SILVA, 2017) (DAGNINO; JOHANSEN, p. 116 – 117, 2017). O erro foi justificado em erro no sistema de cálculo.

Os resultados apontam que existiam no Brasil, em 2010, 398.348 pessoas ocupadas como “Coletores de lixo” – código de subgrupo 961 da CBO Domiciliar do IBGE. Desse total, 226.795 eram “Coletores de lixo e material reciclável” (subgrupo 9611), 164.168 declararam-se “Classificadores de resíduos” (9612) e 7.385 eram “Varredores e afins” (9613).

2.1 A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE BELÉM

Em 2013, um ano antes da implementação da PNRS, em Belém, o IPEA divulgou existência de 387.910 pessoas em todo o território brasileiro que se declararam catadoras e catadores como sua ocupação principal (IPEA, 2013). Isso leva a refletir que a diversidade de fatores e situações que caracterizam catadores e catadoras de materiais recicláveis trouxe à tona a necessidade de pesquisa e produção de conhecimento para melhor entender a realidade social vivenciada por esses sujeitos.

A renda média de um/uma catador/a não atinge um salário mínimo, seu grau de conhecimento escolar é ínfimo e, nessas condições, é importante trabalhar a capacitação por meio da educação informal, por meio do censo comum de conhecimento. De acordo com Paro (2010), é necessário educar para capacitar esses sujeitos, de modo que constituam grupos organizados, haja vista que a maioria dos/das catadores/as não faz parte de cooperativas ou associações.

As condições básicas, nas mediações do Aurá²⁷, para uma vida saudável com os mínimos sociais “parecem” uma ideologia, pois a criação e/ou implementação de políticas públicas contempladoras de direitos sociais para essa comunidade precisa acontecer em acordo com cada sujeito, desde a criança ao idoso, mediante suas relações de vivência e convivência familiar e comunitária.

²⁷ No entorno do Lixão do Aurá há dez comunidades: Verdejantes (I, II, III e IV), Águas Brancas, Moara-Jerusalém, Olga Benário, Nova Vida, Tanguará e Arnal. Milhares de famílias que residem nessas comunidades, grande parte, vive na linha da pobreza ou abaixo, em condições precárias de saneamento básico e sistema de beneficiamento de vias, meios de transporte público, iluminação pública, serviços de educação e saúde pouco eficientes, etc., expostos à criminalidade. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/sema-e-ufpa-analisam-o-plano-emergencial-do-aterro-sanitario-de-marituba.ghtml>. Acesso em 10/02/2018.

Em 2013, houve a primeira reunião conjunta entre os prefeitos de Belém e Ananindeua, secretários municipais e integrantes do PMP, em que discutiram sobre diversas ações que envolvem os dois municípios, inclusive relativas ao saneamento básico. Todos assinaram carta com seis pontos na área de meio ambiente. Um deles trata da implementação da lei da PNRS, a desativação do Lixão do Aurá e a recuperação da área, implantação da coleta seletiva e logística reversa. Além disso, ficou definido que haveria o cancelamento do contrato firmado no final de 2012 com a CTR Guajará, que previa uma gestão de 25 anos²⁸. Ainda nesse ano, as prefeituras de Belém, Marituba e Ananindeua assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público do Estado (MPE), comprometendo-se a adequar o destino do lixo.

Em 2013, a PMB realizou um levantamento no Lixão do Aurá, por meio da Secretária Municipal de Saneamento (SESAN), no qual cadastraram 1.720 catadores. Em seguida, equipes da prefeitura realizaram ações de inclusão social por meio da emissão de documentos,

²⁸ Em setembro de 2013, foi lançado um edital no valor de mais de R\$ 17 milhões, para a contratação de uma empresa para administrar o Lixão.

inclusão das famílias nos programas e benefícios federais, além de cursos de formação profissional para que os catadores pudessem desempenhar outras funções. A PMB também sinalizou que diversos profissionais seriam contratados/das para atuarem no serviço de limpeza urbana. Mas essa ação não rendeu muito aos sujeitos.

A difícil realidade de implementação da PNRS foi capaz de afirmar que ainda serão experimentadas muitas ações reivindicatórias²⁹ sobre essa política. Não fosse o comprometimento das relações de “trabalho” que as pessoas realizavam no antigo Lixão do Aurá, a se questionar apenas a necessidade de garantir a conscientização da população no cuidado com o meio ambiente e separação adequado do lixo, ainda, assim, esse cenário estaria sendo polêmico.

²⁹ É válido informar que foi realizada ação pela “Polícia Civil e Ministério Público”, com objetivo de cumprir mandados judiciais referentes a inquérito policial que apura crimes ambientais praticados em decorrência do funcionamento do Aterro Sanitário de Marituba e dos danos ambientais causados. Em janeiro deste ano, a empresa despejou o líquido bruto no solo sem impermeabilização, conduzindo o poluente diretamente para o Igarapé Pau Grande, situado em grande parte no interior do Refúgio da Vida Silvestre, unidade de conservação de proteção integral.

Informações disponíveis em:
<https://www.diarionline.com.br/noticias/para/noticia-471228-presos-diretores-do-aterro-sanitario-de-marituba-chegam-hoje-em-belem.html>.
Acesso em 07/12/2017.

Em 2014, ano previsto para o cumprimento das normas instituídas pela PNRS, já havia 1.822 cadastrados no Centro de Apoio ao Catador. Desde a divulgação ao fechamento do Lixão do Aurá, por implementação da PNRS, mudanças nas políticas de trabalho têm ocasionado protestos³⁰ com fechamento do acesso ao espaço às vias principais, a exemplo do BR-316, Km 08, no perímetro de Marituba, sentido Belém/Ananindeua, onde se localiza o aterro sanitário.

Com a decisão Federal de fechamento do Lixão em agosto de 2014, os catadores passaram a manifestar suas insatisfações diante da falta de informações a respeito e da abertura de um aterro sanitário controlado, como determina a PNRS. O aterro sanitário de Marituba entrou em

³⁰ Segundo os manifestantes, eles haviam acordado que as atividades dos catadores iriam até agosto, quando os trabalhadores receberiam uma indenização pelo fechamento do local. Entretanto eles afirmam que no último final de semana foram informados de que as atividades seriam encerradas em março, e que não receberiam a indenização. Os catadores pedem uma indenização de R\$ 20 mil por trabalhador. O que custaria mais de 36 milhões a serem pagos até agosto de 2014, mês no qual o Lixão deveria ser fechado conforme a lei federal. No entanto a PMB afirma que não existe legislação vigente que garanta o pagamento como forma de contrapartida aos serviços ambientais prestados, estando, portanto, impedida por lei de praticar tal ato: <http://www.diarionline.com.br/noticias/para/noticia-294197-catadores-interditam-o-lixao-do-aura.html>. Acesso em 15/01/2018.

funcionamento em 2015, após a desativação do Lixão do Aurá, em Ananindeua, região metropolitana de Belém.

Em 2017, a Secretaria de Meio Ambiente de Belém (SEMA) e Universidade Federal do Pará (UFPA) analisaram o plano emergencial do Aterro Sanitário de Marituba. O plano apresentado possui três alternativas para solucionar os problemas que eliminam o odor e o excesso de chorume no local, além de reduzir o impacto ambiental na área onde o aterro foi instalado. Entre as alternativas estão: transportar todo o chorume excedente para indústrias especializadas no tratamento de resíduos oriundos de aterros sanitários e fazer o tratamento do chorume excedente no próprio aterro sanitário de Marituba. Em um posicionamento prévio, a SEMA informou que seria necessária a realização, ao mesmo tempo, das três alternativas para solucionar os problemas com o odor e o chorume o mais rápido possível.

3 COOPERATIVA FILHOS DO SOL: EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A prática do cooperativismo ainda parece um trabalho recente. E, na realidade de uma cooperativa de trabalho no padrão da coleta seletiva de materiais recicláveis, a invisibilidade pode ser resolvida (ou

amenizada) por meio de incentivo do poder público, de acordo com Meksenas (2002), realizando políticas públicas de promoção desse trabalho, ofertando equipamentos e infraestrutura adequada, bem como investindo em campanhas educativas de coleta seletiva. Assim, observa-se e afirma-se que a responsabilidade sobre esse processo de trabalho relaciona várias dimensões, poder público municipal (a priori), grupos de trabalho (enquanto agentes e parte da sociedade civil) e a sociedade civil como um todo (que pouco faz no cuidado com o meio ambiente e pela promoção da coleta seletiva). Essa é uma análise crítica necessária a se refletir.

Desse modo, pode-se imergir na **práxis**³¹ enquanto atividade ou prática que transforma, para melhor compreender esse processo. A práxis se constitui em ciclo interativo entre teoria e prática, no qual se projetam transformações sociais Vázquez (2007), e não deixa de ser um momento muito aguardado e de grandes descobertas para a comunidade acadêmica. Essa, por sua vez, aproxima e aproximou os sujeitos desta pesquisa tornando-os parte do processo de formação do ensino-aprendizagem relacionado.

³¹Grifo nosso

Então iniciemos a práxis, fundamentando os instrumentais e a vivência dos/das trabalhadores da coleta seletiva a partir dos relatos de experiências, nos quais se observaram as dificuldades inerentes à formação do Serviço Social, enquanto objeto de estudo (expressões da questão social), estabelecendo-se como meio para afirmar sua relação com o conhecimento científico, gerando a valorização do senso comum, garantia da promoção socioeconômica e empoderamento dessa classe em situação de vulnerabilidade social.

A hipótese que se tinha de que a cooperativa apresentava conflitos capazes de prejudicar sua organização foi afirmada. A cooperativa apresenta conflitos de relacionamento interpessoal e familiar por parte do presidente, que declarou isso em entrevista. Ele informou que seu irmão, presidente de outra cooperativa, da qual já havia feito parte, não aceita sua condição de também estar à frete de uma outra cooperativa. Essa realidade conflituosa do presidente da cooperativa compromete o trabalho nos seguintes aspectos: repercute no desenvolvimento e organização do trabalho coletivo, impede a visibilidade e valorização tanto social quanto do

poder público municipal em relação à coleta de materiais recicláveis.

Em conformidade com a hipótese, os/as cooperados/as relataram não terem recebido cursos de capacitação da PMB. O senhor J. J. R (catador desde 2002 único cooperado que dispõe de mais de um domicílio próprio) disse ter legalizado a cooperativa inicialmente por “birra” para provar sua capacidade por ter sido desafiado. Ele negou assumir a cooperativa por ser leigo, “não ter estudos”, afirmou, mas depois refletiu que o fato de não ter conhecimento não o impediria de “subir um degrau”.

Em algumas visitas, foi possível perceber cooperados/das aguardando a chegada do caminhão de coleta que faz a arrecadação de papel³² em pontos específicos da cidade, fato que se tornou em dificuldade para realização das entrevistas, pois a expectativa dos/das trabalhadores/as era maior que a atenção dispensada ao/às pesquisador/as. Parar o trabalho para responder às

³² É importante informar que além do alcance dos objetivos do projeto de iniciação científica que resultou neste artigo, houve a participação da equipe no III Fórum iniciação científica da Fibra, com a campanha de arrecadação de papel para a cooperativa. O Fórum tematizado educação, incluía a educação ambiental no processo de formação para os diversos cursos da Instituição. Os/as cooperados/as viram isso como ponto produtivo, enfatizando que já recebem doações permanentes de outros locais.

questões tinha como consequência deixar de “ganhar” financeiramente. E as entrevistas foram garantidas, respeitando as condições de trabalho na cooperativa.

O papel é o material que mais gera renda à cooperativa, segundo relatos da administradora, M.M, que trabalha atualmente no local. O papelão é comprado pela Riopel³³, comércio de aparas de papel Ltda., uma das maiores compradoras de material reciclável no Estado do Pará, com sede no município³⁴ de Ananindeua (Pará), no valor de R\$ 0, 25 cada kg, enquanto o papel branco tem custo de R\$ 0,15 por kg, assim ficaram constatados os valores diferenciados que atende à qualidade e tipo desse produto. A dinâmica de produção de lixo ou daquilo que

³³ <https://riopelreciclaveis.com.br/> Acesso: 15, dez, 2021.

³⁴ No município de Marituba, a Revita³⁴, que dirige os serviços no aterro sanitário, também desenvolve trabalho em outras metrópoles do Brasil a exemplo de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba e Salvador, em uma dimensão de trabalho com máquinas melhores que as encontradas no aterro de Marituba. Segundo informações ainda de um grupo de trabalhadores de carro coletor de lixo na RMB, bairro periférico, a empresa tem maquinários melhores em outras cidades do país e por isso tem transportado diariamente cerca de 20 carros de chorume³⁴ de Belém para Salvador, objetivando fazer uma espécie de purificação desse resíduo e trazendo de volta para Belém, configurando-se em um custo elevado para a manutenção desse serviço. “Na mesma proporção em que 20 carros se deslocam para Salvador, outros 20 retornam à Belém diariamente”, informou um funcionário do carro de coleta. Informou ainda que a capacidade do aterro de Marituba foi extrapolada e contém, na realidade, 15 piscinas de chorume, enquanto foi projetada para apenas duas, fato esse que se configura em um extremo crime ambiental.

não possa assim ser considerado, mas que, de certa forma, se mistura em rejeitos inapropriados gera poluição ambiental e aumenta cada vez mais os impactos enfrentados pelo meio ambiente, bem como pela população. É na contramão dessa tendência que se trabalha na coleta seletiva.

Ainda, segundo a administradora M. C. C³⁵, a venda para essa empresa é relevante porque é paga na hora, enquanto em outras, os/as cooperados/as entregam a mercadoria e têm de aguardar determinado prazo para receber, sendo uma atividade rentável a longo e médio prazo. Além disso, a Riopel oferta todo o maquinário de retirada do papel, disponibilizando, inclusive, o carro Munck, guincho com capacidade para carregar pesos de grande proporção, e as *bags* coletoras (espécie de depósito coletor disponibilizados em logradouros públicos da cidade, a exemplo das praças). A entrevistada relatou sobre a dimensão da Riopel³⁶ destacando que é sua infraestrutura de máquinas e de pessoal que se questionou

³⁵ A única do grupo com curso de graduação e Pós-graduação não concluída por dificuldades financeiras. Relatou interesse em retomar os estudos e pediu orientação a nossa equipe. Isso evidencia o quanto a educação não limita espaços ao indivíduo.

³⁶ A Riopel é uma das maiores compradoras de material reciclável em Belém e região metropolitana.

durante a entrevista: “se o lixo não rendesse financeiramente para que serviria tanto investimento?”. Ao finalizar essa entrevista, a administradora refletiu sobre a realidade de trabalho ainda existente no antigo Lixão do Aurá, no qual se encontram vários catadores, principalmente mulheres e crianças, destacando: “A gente pensa que vai encontrar tristeza, miséria, gente chorando e encontra crianças sorrindo e brincando no lixo, catando lixo”.

Um ponto que também chamou atenção foi o referente à cooperada P.S.S, exposta ao sol, separando o material das *bags*. Ela relatou que a população deposita restos alimentares, fezes de animais de estimação nas *bags* que ficam nos espaços de lazer, o que demonstra que a população não tem a educação ambiental devida e não respeita o trabalho da coleta seletiva. Esse lixo vai para o espaço da cooperativa e atrai insetos, exala odor e é um material que se acumula com frequência. Apenas ela faz essa atividade das *bags*, apesar do valor arrecadado pelo grupo, devido a sua dinâmica regulamente ser de divisão igualitária, conforme o estabelecido no cooperativismo. Ao ser questionada sobre a possibilidade de dividir essa tarefa, a cooperada declarou: “Não gosto de ensinar, não

tenho paciência e prefiro separar sozinha o material, apesar de ficar sobrecarregada e mais tempo exposta ao sol.” Essa cooperada tem um filho, de 15 anos, dentre outros, que permanece como catador no antigo aterro do Aurá com sua família. É filha de outra cooperada, do mesmo grupo. O fato confirma que a atividade de catador ou catadora se estabelece em um ciclo de extensão familiar.

A cooperada R.S.S, catadora há vinte anos, conta que os/as catadores/as que permaneceram no Aurá são esperançosos pela sua reabertura. Ela disse ter orgulho por ter criado seus filhos por meio da atividade de catadora. Natural do estado do Maranhão, iniciou sua vida de trabalho no aterro do Aurá. Registrou durante a entrevista a transformação nas condições de vida experimentadas por ela desde o momento que passou a compor grupo de coleta seletiva na região metropolitana, em 1998. Atualmente cria netos e bisnetos com a mesma atividade e tenta garantir que eles não trabalhem assim como um dia seus filhos fizeram, não por influência dela, mas por vontade própria. A cooperada falou em relação ao investimento que fez para que sua única filha tivesse acesso à escola, mas não teve êxito. A filha se tornou

catadora. Conclui dizendo “[...] não que eu tenha vergonha do meu trabalho, mas é árduo demais. Eu queria uma vida melhor pra ela”. Quando questionada sobre se conseguia manter sua vida com esse trabalho, respondeu “Reclamar o quê? A vida é boa demais”. Essas colocações levam a refletir sobre a conformação que tem de sua condição socioeconômica, sem questionar, sem lutar contra o sistema que de certa forma oprime.

Sobre as questões mais pertinentes das entrevistas, em relação a conhecimento dos pontos positivos e negativos, obtiveram-se as seguintes respostas; para os positivos: *“parei de fumar”*, declarou J.J. R, que fez uma promessa para que a cooperativa tivesse êxito. Quanto aos negativos foram assinalados: as brigas, a falta de confiança entre cooperados/as, o fato de a cooperativa não ter sede própria e dividir o espaço com outros três grupos não legalizados (isso gera conflitos porque os materiais a serem reciclados, às vezes, se misturam), a imposição de determinadas regras por parte da PMB, quando que não correspondem à realidade do grupo.

A administradora da cooperativa M.C. C revelou que “o problema não é o trabalho, é os trabalhadores. Aqui é um trabalho bom, porque lá no aterro é muito degradante.

O cooperativismo é bom, mas o problema é a organização e o conflito entre eles. Eles estão se organizando pra criar uma Rede pra não ser engolidos pelos empresariados”.

Em relação a responder se gosta desse tipo de trabalho os/as trabalhadores/as, J. J. R expôs: “Eu gosto do meu trabalho. Gosto do que faço”. A cooperada P. S. S disse se sentir estigmatizada, que a ofendem, é apelidada e até seus filhos têm vergonha do seu trabalho, dizem que esse trabalho não dá para nada, mas, mesmo assim, gosta do que faz porque é a única coisa que sabe fazer, e conclui: “Sempre trabalhei, mas gosto de trabalhar sozinha. Não quero que ninguém me ajude e nem tenho paciência pra ensinar”. Isso reflete outra vez atitudes que comprometem o trabalho em equipe, haja vista que não é dessa forma que deve funcionar. É preciso se reconhecerem como parte do processo e não se fecharem em uma bolha, sem interagir, sem se reconhecerem como ser social na dinâmica devida. Mas essa compreensão só acontece na medida em que as capacitações sociais também forem garantidas. Isso constitui um trabalho de dinâmica em longo prazo que as próprias Instituições de Ensino Superior (IES) podem desenvolver.

Sendo assim, o presidente da cooperativa relatou buscar parcerias, inclusive, para capacitação do grupo, e tem conseguido instituições de ensino para orientar sobre a capacitação e separação adequadas do lixo eletrônico no instituto Alachaster³⁷, uma nova demanda da coleta seletiva, todavia a maioria do grupo foi resistente em participar. Gonçalves e Souza (2011) apresentam que no estado do Pará, organizações associativas ou de natureza cooperada, de modo geral, há dificuldades que se estendem da falta de incentivo por parte do poder público local ao relacionamento entre os associados. E isso é uma realidade que pode ser desfeita ou amenizada a partir da gestão adequada do grupo, por meio de cursos de capacitação em gestão, relações interpessoais, realizados por IES ou Organização Não Governamental (ONG), por considerar que a maioria desses grupos não tem condições financeiras para custear a formação, a não ser com o valor previsto no Estatuto.

Concluindo, consideramos importante relatar que o mais novo cooperado tem menos de vinte anos e realiza a atividade de catador como sua primeira experiência de

³⁷Buscar mais informações em <https://www.facebook.com/institutoalachaster/Acesso> 27/10/2017.

trabalho. Outros somam a renda com a venda de produtos de beleza para garantir o sustento familiar para sobrevivência.

Sobre como descrever esse trabalho, dizendo o significado do lixo na vida dos/as trabalhadores/as, os relatos foram: “Porque o lixo é prejudicial na nossa saúde, mas também dá renda pra gente. A gente sobrevive através dele. Ele prejudica o meio ambiente, o planeta, e por enquanto o que eu sei é só” (J. J. R). “Eu tenho pena de vê tanto material jogado [...] a gente depende do lixo” (P. S. S). A cooperada R. S. S não soube responder. Muito tímida resistiu em participar, a priori, da entrevista, mas depois que aceitou esbanjou informações. Disse ensinar aos novatos do grupo a forma de separar o lixo: “Eu gosto do que faço [...] é o meu sustento que eu tiro o pão de cada dia, me dá dinheiro. O que me dá dinheiro é o lixo. E é o jeito. Nada é ruim pra mim. Tudo é bom”.

Após as informações mais qualitativas, apresentam-se ainda informações sobre o quantitativo de trabalhadores/as cooperados/as, dos quais 04 são do sexo masculino e entre eles o mais experiente é J. J. R, e mais cerca de 10 pessoas que ingressaram no grupo ao final de 2017, por iniciativa do presidente, portanto, não

participaram da entrevista. Segundo o presidente, a constituição do grupo é muito instável, chegou a somar 20 pessoas, mas, um pouco antes de iniciar o projeto, havia 17 e, na sua realização em 2017, o grupo era composto por apenas 07 pessoas. Essa instabilidade se deve às relações de conflitos entre os/as cooperados/as. Destaca-se ainda a disponibilidade de 04 funcionários de responsabilidade da PMB, dois para cada turno (manhã e tarde), dos quais dois vigilantes são lotados de segunda a sexta, além de outro vigilante aos finais de semana, com recurso próprio da cooperativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cooperativa Filhos do Sol é uma possibilidade de superação das contradições do mundo do trabalho, porém sua organização depende da conscientização de seus/suas cooperados/as sobre a valorização da atividade que desenvolvem e das boas práticas de convivência como garantia e estabilidade no mercado. Só assim, será angariada a cidadania, de acordo com as contribuições do poder e da organização da cooperativa, além do apoio efetivo do poder público.

Mas acontece que as relações interpessoais que precisam ser trabalhadas continuamente ocorrem de forma pontual e os grupos acabam ficando à mercê do poder público, ou de instituições de natureza formativa para promover sua organização e estabilidade no mercado. Fica então a expectativa nesta realidade de trabalho de se cumprir o que estabelece a PNRS, por meio de políticas efetivas de inclusão social de geração de emprego (quando deveria ser de trabalho) e renda, haja vista que os/as cooperados/as aguardam a contratação da PMB para atuarem formalmente, assim como ocorreu com alguns grupos retirados do Aurá.

As dificuldades encontradas para expansão e divulgação do trabalho coletivo bem como para a comercialização observadas estão na carência de acesso à educação qualificada e do incentivo do poder público para a capacitação em relação à inserção desse segmento no mercado. A cooperativa se sustenta de trabalho informal contando apenas com a experiência familiar.

Importa destacar que nenhum conhecimento pode ser criticado e/ou desconsiderado em relação ao seu valor, ainda que empírico. A atuação dos/as trabalhadores/as cooperados/as é carente de assessoria, capaz de

promover uma organização fortalecida, na qual exista infraestrutura adequada com instrumentos, financiamento, suporte propício para desenvolver trabalho e garantir renda em maior proporção, que vem atingindo cerca de um valor menor que o de um salário mínimo mensal, conforme relatos dos entrevistados. Entretanto, além do poder público nessa empreitada, deve transparecer o interesse do público-alvo, que pode ser motivado na medida em que se conhecerem como seres sociais. Na medida em que não se reconhecem no processo, não se pode responsabilizá-los na íntegra por isso, afinal essa organização é responsabilidade do próprio sistema, ou do modo de produção vigente, ou de outra forma como queiram os leitores designar.

Desse modo, questiona-se até que ponto essa cooperativa assim como outras de mesma natureza são capazes de se autopromoverem e se estabelecerem no mercado? Com resposta, deve-se repensar e recorrer a meios que possam agenciar esse trabalho, partindo do reconhecimento próprio dos sujeitos ativos no mundo do trabalho. Os cooperado/as da Cooperativa Filhos do Sol ainda precisam que ter consciência da relevância de seu trabalho e da gestão participativa necessária, que está

além da “mera” arrecadação de resíduos sólidos. Assim, esta investigação garantiu avanço teórico, no tangente à revisão de literatura que possibilitou conhecer sobre o andamento da implementação da PNRS e as observâncias de suas garantias ou mesmo das lacunas afirmadas na organização dos/das trabalhadores/as da coleta de resíduos sólidos, a partir da experiência retratada.

REFERÊNCIAS

ANTUNES; Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES; Maria de Fátima Cabral Marques. **Serviço Social e movimentos sociais: explorando novas potencialidades de ação** *In* Conexões – V.1, n.1 (ago/dez) Belém: Instituto de Ciências Aplicadas da UFPA, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela, **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, poder e comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NEVES, Gabriel de Jesus; SOUZA, Alessandro Lebreiro; SOUZA, José Giléa. **As cooperativas de coleta seletiva como instrumentos de promoção da cidadania para os cooperados**. Anais da Saru, A internet da coisas, reflexos e possibilidades para a Bahia, 2014.

SANTOS, Ana Lúcia Reis; SOUZA, Michele Lima. **Descontinuidade das políticas Públicas no Projeto de geração de trabalho e renda para os catadores de materiais recicláveis do aterro sanitário do Aurá em Belém do Pará** *In* Gestão Pública e Sociedade – Balanço e resumos dos trabalhos da 3ª Edição do Curso de Especialização. Édi E. Benini [*et al.*] (organizadores) Editora: Outras Expressões: Cromosete, 1ª Ed: São Paulo, 2013.

SOUZA, Michele Lima; GONÇALVES, Lissany Braga. Cooperativismo e associativismo como estratégias de desenvolvimento local: uma abordagem sobre empreendimentos no Baixo Tocantins Pará *In* **Estrategias y acciones de Desarrollo Rural a través de**

Cooperativas y Emprendimientos Solidarios. Coordinan José Daniel Gómez López (Universida de Alicante) y Maria José de Souza Barbosa (Universidad Federal de Pará), 2011.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ Adolfo, 2007. Filosofia da práxis. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. CLACSO. São Paulo. Expressão Popular, Brasil.